

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras do Banco Bandepe S.A. (Bandepe), relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 21 fevereiro de 2014
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	31/12/2013	31/12/2012	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Ativo Circulante	1.800.697	920.374	Passivo Circulante	13.811	69.171
Disponibilidades	-	94	Instrumentos Financeiros Derivativos	12.878	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	591.499	854.381	Instrumentos Financeiros Derivativos	12.878	-
Aplicações no Mercado Aberto	47.290	133.309	Outras Obrigações	933	69.171
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	544.209	721.072	Fiscais e Previdenciárias	9	68.396
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.192.989	37.337	Diversas	834	775
Carteira Própria	1.050.487	36.956	Passivo Exigível a Longo Prazo	126.504	27.482
Vinculados à Prestação de Garantias	1.822	381	Outras Obrigações	126.504	27.482
Instrumentos Financeiros Derivativos	140.680	-	Fiscais e Previdenciárias	9	126.504
Relações Interfinanceiras	12	10	Patrimônio Líquido	11	2.944.279
Créditos Vinculados	-	-	Capital Social	-	-
Depósitos no Banco Central	16.197	28.552	De Domiciliados no País	2.787.689	2.787.689
Outros Créditos	16.197	28.552	Reservas de Lucros	165.024	375.124
Créditos Tributários	6	539	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(8.434)	5.735
Diversos	7	15.658			
Ativo Realizável a Longo Prazo	205.614	149.993			
Outros Créditos	205.614	149.993			
Créditos Tributários	6	38.813			
Diversos	7	166.801			
Permanente	1.078.283	2.194.834			
Investimentos	1.078.283	2.194.834			
Participações em Coligadas:					
No País	8	1.078.282			
Outros Investimentos		1			
Total do Ativo	3.084.594	3.265.201	Total do Passivo	3.084.594	3.265.201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Próprios	Coligadas		
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	2.787.689	105.474	1.515.628	127	-	-	4.408.918
Dividendos Intermediários	11.b	-	(1.400.000)	-	-	(1.400.000)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	(100)	5.708	5.608	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	284.022	284.022
Destinações:							
Reserva Legal	11.b	-	14.200	-	-	(14.200)	-
Juros sobre o Capital Próprio	11.c	-	-	-	-	(130.000)	(130.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	69.911	-	-	(69.911)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	69.911	-	-	(69.911)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	2.787.689	119.674	255.450	27	5.708	-	3.168.548
Dividendos Intermediários	11.b	-	(255.450)	-	-	(255.450)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	33	(14.202)	(14.169)	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	105.150	105.150
Destinações:							
Reserva Legal	11.b	-	5.258	-	-	(5.258)	-
Juros sobre o Capital Próprio	11.c	-	-	-	-	(59.800)	(59.800)
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	20.046	-	-	(20.046)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	20.046	-	-	(20.046)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	2.787.689	124.932	40.092	60	(8.494)	-	2.944.279
Saldos em 30 de Junho de 2013	2.787.689	123.609	14.958	301	(24.261)	-	2.902.296
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	(241)	15.767	15.526	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	26.457	26.457
Destinações:							
Reserva Legal	11.c	-	1.323	-	-	(1.323)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	-	-	-	(12.567)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	-	-	-	(12.567)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	2.787.689	124.932	40.092	60	(8.494)	-	2.944.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
O Banco Bandepe S.A. (Bandepe), controlado pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituído na forma de sociedade anônima, opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações através das carteiras comercial, de câmbio, de investimento e de crédito e financiamento. A Instituição tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras do Bandepe, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.
As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelos Administradores na reunião realizada em 21 de Fevereiro de 2014.
As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui o Bandepe, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis
a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Bandepe.
b) Apuração do Resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.
Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.
d) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
e) Títulos e Valores Mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:
I - títulos para negociação;
II - títulos disponíveis para venda; e
III - títulos mantidos até o vencimento.
Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e II. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrentes de tal ajuste em contrapartida.
(1) da adequação conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.
Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.
f) Permanente
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:
g) Investimentos
Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas, para participações em coligadas e controladas em que a investidora tenha influência significativa. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.
h) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
O Bandepe é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.
Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.
As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.
Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
h) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.
i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, tanto após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 6.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovada pela Administração do Bandepe em reunião realizada no dia 21 de dezembro de 2013.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.
j) Estimativas Contábeis
As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Disponibilidades	-	94	48
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	47.290	133.309	85.811
Aplicações no Mercado Aberto	47.290	133.309	85.811
Total	47.290	133.403	85.859

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Títulos Disponíveis para Negociação			
Títulos Públicos	6.195	1	6.196
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.195	-	6.196
Títulos Disponíveis para Venda			
Títulos Públicos	-	-	34.473
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	34.473
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	1.046.035	78	1.046.113
Cotas de Fundo Multimercado	998.832	-	998.832
Cotas de Fundo Imobiliário	47.203	78	47.281
Total de Títulos e Valores Mobiliários Derivativos (Ativo)	1.052.230	1	78
Derivativos (Ativo)	140.432	248	140.680
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	1.192.662	1	326
Circulante	1.192.989	37.337	37.337
Derivativos (Passivo)	(13.074)	196	(12.878)
Circulante	(12.878)	-	(12.878)

	31/12/2013		31/12/2012	
	Sem Vencimento	De 3 a 12 meses	Total	
Títulos Disponíveis para Venda				
Títulos Públicos	-	6.196	6.196	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	6.196	6.196	
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	1.046.113	-	1.046.113	
Cotas de Fundo Multimercado	998.832	-	998.832	
Cotas de Fundo Imobiliário	47.281	-	47.281	
Total	1.046.113	6.196	1.052.309	

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.
b) Instrumentos Financeiros Derivativos

	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
"Swap" - Negociação						
Ativo	5.983.857	(1.722)	5.982.135	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	5.983.857	(1.722)	5.982.135	-	-	-
Passivo	(5.856.500)	2.167	(5.854.334)	-	-	-
Moeda Estrangeira	(5.856.500)	2.167	(5.854.334)	-	-	-
As operações de "swap" foram realizadas com partes relacionadas e negociadas através da Cetip, com vencimento até 3 meses. O montante do diferencial do "swap" corresponde a um ativo no valor de R\$140.680 e a um passivo no valor de R\$12.878.						

	31/12/2012		31/12/2013	
	Saldo em	Constituição	Realização	Saldo em
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	26.909	12.221	(728)	38.402
Outras Provisões Temporárias	952	963	(965)	950
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	27.861	13.184	(1.693)	39.352
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	1.388	-	(1.388)	-
Saldo dos Créditos Tributários Circulante	29.249	12.221	(2.118)	39.352
Circulante	24.180			539
Longo Prazo	5.069			38.813
Saldo em	31/12/2011	Constituição	Realização	31/12/2012
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	21.487	5.422	-	26.909
Outras Provisões Temporárias	2.311	-	(1.359)	952
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	23.798	5.422	(1.359)	27.861
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	2.521	-	(1.331)	1.190
Saldo dos Créditos Tributários Circulante	26.319	5.422	(2.690)	29.051
Circulante	22.751			24.180
Longo Prazo	3.568			5.069

	31/12/2013		31/12/2012	
	Diferenças Temporárias	Total	Diferenças Temporárias	Total
Ano	IRPJ	CSLL	Registrados	
2014	-	331	539	
2015	208	206	206	
2016	24.320	12.622	36.942	
2018	1.026	616	1.642	
2019 a 2021	14	9	23	
Total	25.568	13.784	39.352	

Em função das diferenças existentes entre os critérios

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em 28 de março de 2012, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao período de janeiro a março de 2012, no valor bruto de R\$35.000 (R\$0,01602808 em reais por lote de mil ações e R\$0,01362387, líquido do imposto de renda, em reais por lote de mil ações). O pagamento foi efetuado em 30 de março de 2012, e serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios do exercício de 2012.

Em 16 de janeiro de 2012, foi deliberado o pagamento de dividendos no valor de R\$1.400.000 (R\$0,64112339 em reais por lote de mil ações), relativos a lucros de exercícios anteriores a 2012, por conta da reserva para equalização de dividendos de R\$700.000 e da reserva para capital de giro de R\$700.000.

c) Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício foram destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações do Bandepe a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

12. Partes Relacionadas
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Bandepe realizada em 30 de abril de 2013, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2013, no valor máximo de R\$10. O Bandepe é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. O Bandepe não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

Em 2013 e 2012, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Participação Acionária

O Bandepe é controlado pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 2.184 mil ações ordinárias equivalentes a 100,00% do capital social.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos com o controlador Banco Santander são conforme segue:

	01/01 a		01/01 a	
	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2012
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades	-	-	94	-
Aplicações no Mercado Aberto	47.290	7.538	133.309	5.413
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	544.209	54.349	721.072	62.272
Instrumentos Financeiros Derivativos Líquidos	127.802	(38.897)	-	-
Dividendos e Bonificações a Receber ⁽¹⁾	-	29.022	-	94.733

⁽¹⁾ Refere-se a juros sobre o capital próprio recebidos da Santander Leasing.

13. Outras Receitas Operacionais

	31/12/2013	31/12/2012
Reversão Operacionais Outras	-	142
Atualização de Depósitos Judiciais	11.322	6.134
Atualização de Impostos a Compensar	736	526
Total	12.058	6.802

14. Outras Despesas Operacionais

	31/12/2013	31/12/2012
Despesa de Contingências Fiscais	1.699	5.259
Despesas de atualizações de impostos	-	228
Outras	7	1.452
Total	1.706	6.939

DIRETORIA
Diretor Presidente

Carlos Alberto López Galán

Diretor Vice - Presidente

Ronaldo Yassuyuki Morimoto

Diretores Executivos

Amancio Acúrcio Gouveia
José Roberto Machado Filho

Luiz Felipe Taunay Ferreira

Marco Antônio Martins de Araújo Filho
Oscar Rodríguez Herrero

Contador

Flaminio Oliveira Ferreira
CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Bandepe S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bandepe S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2013	31/12/2012
Resultado antes dos Impostos	114.470	291.956
Juros sobre o Capital Próprio	(59.800)	(130.000)
Resultado antes dos Impostos	54.670	161.956
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% Respectivamente	(21.868)	(64.782)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas ⁽¹⁾	7.104	53.251
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	5.425	3.573
Demais Ajustes	19	24
Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.320)	(7.934)

⁽¹⁾ No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos.

16. Outras Informações

Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, o Bandepe aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

O resumo do relatório do comitê de auditoria foi divulgado e publicado com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bandepe S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Ênfase

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras, a qual indica uma despesa significativa no exercício de 2013 referente a resultado com instrumentos financeiros derivativos, os quais foram contratados com seu controlador. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2